

Nesta edição

- Delegações do vice-presidente e vice-primeiro-ministro chineses buscam recursos estratégicos na América Latina Pág.01
- Retomada de laços políticos sino-brasileiros enfrenta primeira barreira Pág.03
- Economia chinesa apresenta recuperação mas ainda não é possível celebrar Pág.04
- Estatal chinesa faz oferta para aquisição de participação relevante em gigante australiana de mineração Pág.07
- Dragonomics analisa perspectivas para 2009 Pág.08

Curtas

- Frango brasileiro tem permissão para entrar no mercado chinês Pág.11
- China financia estatais russas em troca de fornecimento de petróleo Pág.13
- China e Suíça avaliam proposta de acordo de livre comércio Pág.14

Veja demais curtas

América Latina

Visita de Xi Jinping à América Latina reforça laços com a região e resulta em parcerias concretas para o Brasil

Dois membros da alta cúpula do governo chinês, vice-presidente Xi Jinping e vice-primeiro-ministro Hui Liangyu, realizaram visitas simultâneas a diversos países da América Latina. As visitas reforçam caráter estratégico da região para a China e evidenciam interesse em fortalecer relações bilaterais por meio de investimentos e financiamentos a projetos na região, em troca de fornecimento de recursos naturais ao país asiático. Os encontros ocorreram poucos meses após lançamento de política para América Latina (China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean), durante participação do presidente Hu Jintao na Reunião de Cúpula da APEC (Asia-Pacific Economic Cooperation, na sigla em inglês), no Peru, viagem que incluiu Cuba e Costa Rica.

A visita de doze dias do vice-presidente chinês e provável sucessor de Hu Jintao, Xi Jinping, a cinco países da América Latina, Jamaica, Colômbia, Venezuela e Brasil. Durante a estadia do vice-presidente, vários acordos foram assinados, sobretudo na área de exploração de reservas e produção e refino de combustíveis.

Em visita à região, Xi destacou a importância da ampliação de mecanismos de diálogo entre países latino-americanos e China; da expansão da cooperação técnica em setores como energia, agricultura e infraestrutura; do fortalecimento de laços culturais; e de maior cooperação entre América Latina e China em questões internacionais. O vice-presidente fez questão de ressaltar que o interesse da China nos países latino-americanos vai muito além do crescente intercâmbio comercial – que decuplicou desde o ano 2000, atingindo US\$ 143 bilhões em 2008, segundo Ministério do Comércio da China e fez do país o terceiro maior parceiro comercial da região, atrás de Estados Unidos e União Européia.



Por todos os países em que passou, Xi ressaltou a importância dos laços entre China e América Latina e defendeu adoção de políticas ativas de cooperação nas mais diversas áreas econômicas, políticas e sociais. Xi deu enorme destaque a questão comercial com o claro objetivo de demonstrar que a China não pretende manter superávits com a região. No México, o vice-presidente participou de reunião com empresários locais e se comprometeu a envidar esforços para fomentar investimentos chineses no país, com destaque para os setores de mineração, telecomunicações, agricultura e pesca, plantas industriais para processamento e montagem de manufaturas e novas energias. Xi Jinping trouxe a mensagem de que a China não deseja manter superávits com o país mexicano, numa tentativa de aliviar as tensões que a relação comercial tem provocado.

Na Venezuela, acordos substanciais foram firmados nas áreas de energia, tecnologia e agricultura. O vice-presidente chinês e o presidente venezuelano, Hugo Chavez, formalizaram acordo que duplica o valor do fundo de financiamento conjunto para projetos na Venezuela, passando de US\$ 6 bilhões para US\$ 12 bilhões. Parte substancial do fundo será investido no setor petrolífero, a fim de ampliar de cerca de 331 mil para 1 milhão o número barris de petróleo fornecidos diariamente à China, em quatro anos. Foi também assinado memorando entre estatais chinesa e venezuelana para estudo conjunto de cinco campos petrolíferos na Venezuela, que poderiam somar à produção atual, segundo estimativas, 314 bilhões de barris. Reforçando o interesse venezuelano em modernizar suas forças armadas com equipamentos chineses, Chavez também confirmou compra de radares e aviões de treinamento provenientes da China

Leia mais

Carta da China 41

Em sua última parada na América Latina, o vice-presidente chinês assinou importantes acordos de cooperação com o Brasil, após encontrar-se com o presidente Lula, com o presidente do Senado José Sarney e com o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. No Protocolo sobre Cooperação em Energia e Mineração, os dois países acordaram extensa agenda de cooperação e intercâmbio de informações sobre temas como geração de energia, extração mineral e produção de biocombustíveis. Foi também assinado acordo de fornecimento de US\$ 1 milhão em equipamentos pela chinesa Huawei para montagem de laboratório de telecomunicações da Universidade de Brasília.

Em acordo que atende a necessidades estratégicas de ambos os países – financiamento para exploração dos campos de petróleo do pré-sal para Brasil e garantia de suprimento de combustível a longo prazo para China –, a Petrobrás assinou memorandos de entendimento com o Banco de Desenvolvimento da China (CDB, na sigla em inglês), com a Sinopec e PetroChina. Os acordos, cujos detalhes ainda não foram divulgados, preveem que a estatal brasileira fornecerá entre 100 e 160 mil barris de petróleo por dia para China, em troca de financiamento de US\$ 10 bilhões pelo CDB, voltados à exploração do pré-sal. O entendimento ocorreu na mesma semana em que Rússia e China divulgaram projeto muito semelhante de fornecimento de petróleo à Pequim por 20 anos, em troca de financiamento de US\$ 25 bilhões às estatais russas Rosneft e Transneft.

Também em visita de doze dias, o vice-primeiro-ministro Hui Liangyu teve encontros na Argentina, Equador, Barbados e Bahamas. Na Argentina, o vice-primeiro-ministro assinou acordos de cooperação para os setores agrícola e de mineração. O CDB e o Banco de la Nación Argentina firmaram acordo estabelecendo linha de crédito no valor de US\$ 50 milhões. No Equador, o presidente Rafael Correa e Hui Liangyu conversaram sobre estabelecimento de mecanismos para incremento de parcerias bilaterais, com destaque para investimentos em projetos no setor energético, incluindo plantas hidrelétricas e exploração de petróleo. Hui anunciou a criação de linha de crédito livre de juros no valor de US\$ 20 milhões para projetos de infraestrutura e compra de equipamentos médicos.

As visitas de Xi Jinping e Hui Liangyu à América Latina aconteceram um mês após a China aderir ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), quando então doou US\$ 350 milhões à instituição, pavimentando o caminho para empresas chinesas participarem de projetos de infraestrutura na região. Não surpreendentemente as agendas das visitas foram também marcadas por promessas de financiamentos a projetos de infraestrutura e energia. Esse movimento está em linha com interesse do governo chinês de ampliar a participação dos países da América Latina no rol de fornecedores estratégicos e estáveis de recursos naturais para o país, sobretudo de petróleo.

Ainda aproveitando o cenário de crise financeira mundial e queda na demanda de

commodities, Hu Jintao realizou, na mesma semana, encontros na África e Oriente Médio. O presidente chinês passou pela Arábia Saudita, Mali, Senegal, Tanzânia e Ilhas Maurício também na tentativa de assegurar fornecimento futuro de recursos naturais. ■

Relacionamento bilateral

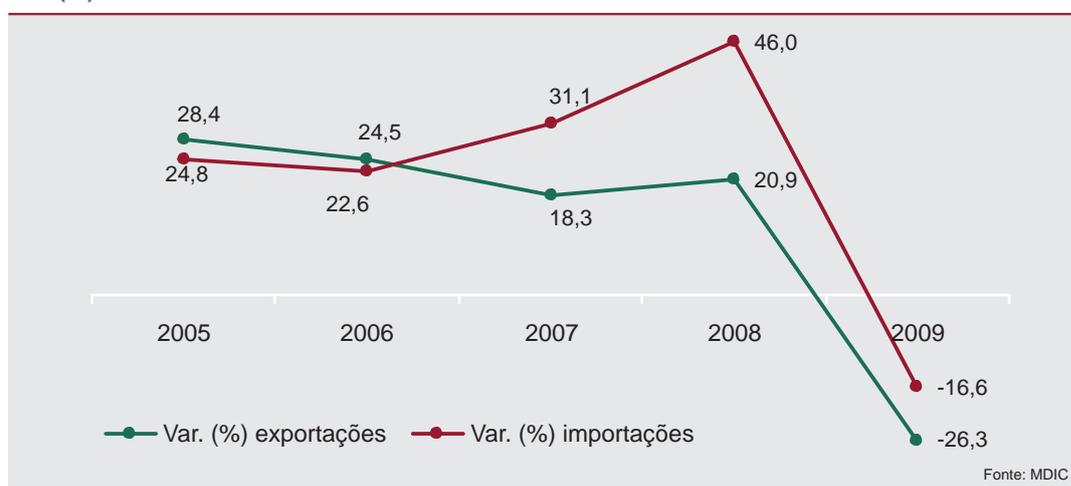
Medida protecionista é nova barreira a avanços das relações com a China

Em ano de retomada de laços políticos sino-brasileiros, Brasil inicia 2009 com tentativa de implementar sistema de licenciamento prévio para 24 setores de produtos importados. A medida, que se aplicava a todos os parceiros comerciais brasileiros, teria impacto significativo sob o comércio com a China – mais de 70% da pauta de importações do Brasil do país asiático era composta de produtos que sofreriam com maior burocracia imposta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Após apenas três dias em vigor, a exigência teve de ser suspensa pelo presidente Lula, não somente por ir de encontro a discurso não protecionista incansavelmente proferido pelo Brasil em fóruns multilaterais, mas também por receber duras críticas de parcela significativa da indústria brasileira - dependentes de insumos e bens de capital importados. Dessa forma, a medida sem sucesso acabou por elucidar desentendimentos entre órgãos governamentais e, mais uma vez, ausência de agenda estratégica de política comercial.

Os primeiros resultados da balança comercial de 2009 apontaram déficit de US\$ 523,7 milhões após 93 meses consecutivos de superávits, sendo responsáveis pela implementação às pressas e sem anúncio público do sistema paliativo (e protecionista) de licenciamento prévio. Apesar de balança desfavorável, importações totais brasileiras registraram queda anualizada de 62,6 pontos percentuais (p.p.) ao final de janeiro de 2009, enquanto a redução apresentada pelas exportações totais do Brasil para o mundo foi de 47,2 p.p..

Var. (%) fluxo comercial brasileiro em valor - Janeiro de 2009



A lista de produtos que deveria atender a novas exigências de importação incluía parcela expressiva de setores em que o Brasil carece reconhecidamente de competitividade e modernização - a exemplos de têxteis, vestuários e brinquedos -, bem como outros em que as importações contribuem para tornar indústria nacional mais competitiva no mercado internacional – como máquinas e aparelhos elétricos e suas partes. Em outras palavras, o favorecimento a alguns setores produtivos, novamente, apenas seria capaz de camuflar deficiências da política industrial brasileira ou incapacidade do governo para atenuar efeitos da crise econômica mundial.

Nesse sentido, não surpreende o fato de mais de 70% da pauta de importados da China ser afetado pela proposta. Contudo, em janeiro de 2009, o déficit brasileiro com o país asiático apresentou contração de 30,9% com base em janeiro de 2007. Vale ressaltar que, embora o déficit acumulado pelo Brasil com a China em 2008 tenha apresentado expressivo aumento de 94,3% em valor se comparado a 2007, as importações continuaram a ser

majoritariamente de insumos e máquinas – resultado de acordo com crescimento econômico vivenciado pelo Brasil no período. Em 2008, bens de capital e matéria prima para indústria obtiveram participação de 68,2%, enquanto bens de consumo corresponderam a 20,2% das compras brasileiras de produtos chineses.

Importações brasileiras da China em 2008

Categoria de uso	Kg mil	US\$ FOB milhões	Part. (%)
Bens de capital para agricultura	2.883	8.162	0,04
Bens de capital para indústria	555.945	7.015.993	35,01
Bens de consumo duráveis	553.549	2.632.799	13,14
Bens de consumo não duráveis	386.624	1.407.114	7,02
Combustíveis e lubrificantes	1.266.405	633.224	3,16
Equipamentos de transporte	288.335	744.458	3,71
Matéria-prima para agricultura	659.147	548.627	2,74
Matéria-prima p/industria	2.644.340	6.664.194	33,25
Material de construção	552.322	386.048	1,93
Total	6.909.550	20.040.619	100,00

Fonte: MDIC

No entanto, apesar de ser um dos principais alvos não declarados da licença de importação prévia, outros parceiros comerciais importantes apresentaram variação expressivamente mais desfavorável ao Brasil do que a China em janeiro de 2009. Em termos de valor, o superávit com a Argentina apresentou queda anualizada de 79,6% e o déficit com os Estados Unidos cresceu mais de 21.000% no período. Com base em resultados de 2008, pouco mais de 50% das importações brasileiras da Argentina e dos Estados Unidos seriam

afetadas pelo sistema de licenciamento prévio de importações. Vale ressaltar que, além do “susto” provocado pela repentina interrupção de superávits comerciais, outra razão que teria incentivado a decisão do MDIC seria a adoção por parte do governo argentino de exigências similares à entrada de produtos brasileiros no país.

Mecanismos de licenciamentos somente são permitidos pela OMC sob crise recorrente na balança de pagamentos – ausente no caso brasileiro. Dessa forma, a barreira não tarifária imposta pelo Brasil não somente seria incapaz de garantir menor vulnerabilidade ao país, como também não compensaria baixa competitividade, carência de planejamento de longo prazo e necessidade de elaboração e implementação de agenda estratégica comercial e política.

Mesmo de curta duração, o sistema de licenciamento prévio de importações prejudicou imagem do Brasil em face de seus parceiros comerciais e enfraqueceu, pelo menos temporariamente, validade do discurso por maior liberalização comercial proferido por delegações brasileiras em organismos internacionais. No âmbito do relacionamento sino-brasileiro, optar por implementação de barreiras comerciais vai de encontro a esforços por maior abertura e conquista de nichos de mercado na China, podendo prejudicar avanços em negociações já em andamento, a exemplo da abertura do mercado de carnes chinês.

Diante de cenário de crise internacional, adoção de qualquer medida de caráter protecionista dificilmente será desacompanhada de retaliações e acarretará custos políticos significativos. O ano de 2009 inicia-se com a visita do vice-presidente chinês (e provável sucessor de Hu Jintao), Xi Jinping, em fevereiro, perspectiva de realização da segunda reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Coordenação (COSBAN) e visita do presidente Lula à China, ainda no primeiro semestre. Para um país que busca retomar laços políticos, encontrar oportunidades comerciais e atrair investimentos, o imbróglio das licenças prévias de importação definitivamente não foi bom começo. ■

Economia

Números de janeiro reduzem pessimismo e aumentam dúvidas acerca do comportamento da economia chinesa em 2009

O último trimestre de 2008 e janeiro de 2009 foram marcados por enorme pessimismo em relação ao desempenho da economia chinesa, quando estimativas para o crescimento do PIB do país foram diversas vezes revisadas, em geral, para baixo. Esta baixa expectativa tinha como principal fundamento provável desaceleração acentuada da economia no primeiro semestre de 2009, que tornaria recuperação do segundo semestre insuficiente para sustentar crescimento anual do PIB acima de 8%. O argumento foi ainda reforçado após divulgação do baixo desempenho no último trimestre de 2008, quando a China registrou a menor expansão do PIB desde 2002. Após publicação dos índices de janeiro de

2009, contudo, instituições financeiras internacionais tornaram-se menos negativas, especialmente após anúncios de aumento de investimento em determinados setores e recuperação de principais motores da economia, como consumo e construção.

Os bancos estatais chineses foram pressionados a aumentar o volume de empréstimos para estimular liquidez e, em janeiro de 2009, registraram recorde de US\$ 175,6 bilhões, valor quase três vezes superior aos US\$ 53,2 bilhões do mesmo período do ano anterior e cerca de um quarto do montante total emprestado em 2008. Deve-se ressaltar, contudo, que analistas estimam que aproximadamente 30% do volume de tais empréstimos serviram para pagamento de dívidas antigas e, portanto, não foram revertidos em investimentos. Da mesma forma, espera-se que a Comissão Regulatória dos Bancos da China (CBRC, na sigla em inglês) seja mais tolerante, flexibilizando medidas para combate aos créditos irrecuperáveis, de forma a permitir aumento do volume de empréstimos visando fomentar a recuperação da economia chinesa. O governo chinês pretende ainda injetar cerca de US\$ 30 bilhões no Banco Rural da China (ABC, na sigla em inglês), a fim de que este possa manter suas linhas de crédito nas áreas rurais do país e, dessa forma, incrementar renda no campo.

Investimentos não se resumem à infraestrutura - O Pacote de Estímulo Econômico apresentado pelo governo chinês em novembro de 2008 começa a sinalizar que poderá exercer significativa influência na economia do país. Entretanto, ainda é cedo para avaliar se o Pacote conseguirá manter a economia chinesa acelerada, mas é possível perceber incremento na produção industrial chinesa já em janeiro de 2009. Acredita-se que a indústria pesada chinesa, responsável pela maior parcela da produção industrial do país, decidiu retomar a produção para estar apta a atender a demanda que deverá surgir com a política de estímulo. Do total previsto de US\$ 580 bilhões em investimentos em 2009 e 2010, 45% serão destinados a grandes obras (ferrovias, rodovias, aeroportos e redes de transmissão de energia). No entanto, outros setores serão agraciados pelo Pacote. O governo chinês manteve comprometimento de investir na reforma do sistema de saúde e injetará no setor cerca de US\$ 124 bilhões até 2011. A necessária reforma englobará construção de hospitais, melhora de serviços médicos nas áreas rurais, reforma administrativa de hospitais públicos, regulação do sistema de distribuição de remédios e extensão da cobertura de seguro saúde para 90% da população.

Em sintonia com a redução da demanda global motivada pela crise internacional, as exportações chinesas diminuíram 17,5% em janeiro de 2009, em relação ao mesmo mês do ano anterior. Contudo, a consultoria especializada em China, *Dragonomics*, alega que retirados os efeitos do ano novo chinês – período no qual exportações sofrem regularmente significativa redução – houve crescimento das vendas em 7,0%. De qualquer forma, os dados são preocupantes e o governo chinês está disposto a estimular as exportações. Se em 2008 foram observadas políticas governamentais para reduzir exportações de determinados setores, em 2009, em função da crise internacional e seus impactos sobre as exportações chinesas, o quadro já começou a ser revertido e incentivos a alguns setores exportadores entraram em vigor. Em fevereiro foi aprovado terceiro aumento de devolução de impostos, dessa vez de 14% para 15%, para exportadores de têxteis e vestuário, uma vez que o setor apresentou taxa de crescimento em 2008 de 8,2%, valor 10,7 p.p. inferior ao ano anterior. A medida busca ainda reduzir demissões no setor, que emprega 20 milhões de chineses.

Importações, por sua vez, registraram queda em janeiro de 43,1% - se utilizada mesma metodologia de ajuste às sazonalidades do mês devido ao ano novo chinês a queda é de 26%. O resultado foi fruto da combinação de dois fatores: redução brusca no preço de *commodities* – minério e petróleo caíram 44% e 57% respectivamente em valor, mas apenas 11% e 8% em volume – e queda de 50% em valor nas importações de produtos processados. Apesar de ainda negativo, o cenário já apresenta primeiros sinais de recuperação. A demanda por materiais para construção, em especial aço e, conseqüentemente, minério de ferro, voltou a subir. A produção de aço chinesa em janeiro atingiu US\$ 41,5 milhões de toneladas, aumento de 2,4% em relação ao mesmo mês de 2008. O crescimento da produção já influenciou em negociação de preços de minério de ferro para 2009. Aumento de investimentos em projetos de infraestrutura – resultante do Pacote de Estímulo – reaqueceu mercado de construções no país, reduzindo estoque de minério de empresas e aumentando demanda pelo produto.

Discurso x realidade: protecionismo avança apesar de pedidos para livre-comércio

O estímulo às exportações pretendido pelo governo chinês enfrentará enormes obstáculos em 2009. Presidentes de diversos países têm discursado contra o protecionismo e ressaltado a importância do livre comércio como meio de combater efeitos negativos da crise internacional. Na prática, contudo, já se observam indícios de que o cenário deverá ser diferente e medidas para proteger indústrias domésticas se tornarão cada vez mais comuns.

A Índia abriu em outubro de 2008 17 investigações comerciais contra produtos chineses, sendo 10 de *antidumping* contra penicilina, eixos de carros, aço *hot-rolled* e lençóis, além de restrições adicionais à importação de outros tipos de aço, produtos químicos e têxteis. Em janeiro de 2009 foram banidas importações de brinquedos chineses por período de seis meses sob alegação de baixa qualidade e riscos à saúde dos consumidores.

A União Européia, por sua vez, impôs tarifa de 85% sobre importação de aço fasteners chinês, medida que deverá custar aproximadamente US\$ 800 milhões ao comércio bilateral, segundo a China. Enquanto os europeus alegam combater distorções de mercado e competição desleal, os chineses acreditam que a medida está direcionada à proteção da indústria de países do bloco da concorrência com seus produtos. Estes correspondem a 60% das importações totais da União Européia.

A China, por sua vez, tem tentado reduzir impacto de tais medidas por meio de soluções alternativas. Como exemplo, destaca-se a visita de delegação de empresários chineses à Alemanha, Suíça, Espanha e Reino Unido, que resultou em aproximadamente US\$ 15 bilhões em compras chinesas de produtos destes países.

Outro anúncio de substancial impacto foi o programa "Buy American" previsto pelo presidente Barack Obama. Segundo o plano, projetos financiados pelo governo deveriam utilizar apenas produtos fabricados no país, estimulando, assim, a produção industrial norte-americana. Em fevereiro de 2009, todavia, Obama recuou e anunciou que, em razão da crise, a implementação do "Buy American" não seria possível, amenizando críticas e insatisfações por parte de parceiros comerciais.

Um dos principais motores do crescimento da economia – e esperança de pilar para sustentação de 8% do crescimento do PIB –, o consumo também já apresentou recuperação em janeiro de 2009, motivado pelo aumento de gastos do governo. Ademais, políticas de estímulo ao consumo, como subsídios à compra de eletrodomésticos no interior do país, já apresentam resultados positivos: somente nos primeiros 20 dias de janeiro compra de tais produtos pela população rural correspondeu ao consumo total de dezembro de 2008. Após sucesso da medida, o governo irá estendê-la a aquecedores, condicionadores de ar, computadores e motos. O setor automobilístico, por sua vez, registrou queda em vendas de veículos de passageiros de 7,8% em janeiro, em relação ao mesmo mês do ano anterior, e de carros em geral de 12,4%, comparado a janeiro de 2008. Ainda assim, os resultados do setor também indicam início de retomada, motivado, sobretudo, por carros pequenos e econômicos (menores que 1,6 litros).

O que pode ser considerado como indicativo para 2009? - A fim de entender quais dados do início do ano podem ser utilizados como indicativos para o bom desempenho da economia chinesa ao longo de 2009, é necessário identificar quais dessas políticas adotadas surtirão efeito ainda no primeiro semestre do ano. Uma vez que o primeiro trimestre provavelmente será marcado por forte desaceleração, políticas adotadas terão que apresentar resultados já no segundo trimestre, caso contrário, não será possível manter o crescimento do PIB em 2009 entre desejados 7,5% e 8,0%.

Alguns índices-chave, como produção industrial, já apresentaram alguma recuperação – pelo terceiro mês consecutivo produção industrial manteve-se em crescimento, mas ainda abaixo do nível desejado. Aumento da produção de aço, motivado por expectativas de aumento de investimento em construções, pode ser considerado termômetro para início de retomada da economia chinesa. Medidas de estímulo ao crédito – ainda que algumas sejam insustentáveis a longo prazo – têm amenizado impactos negativos da crise, garantindo maior liquidez à economia chinesa no início de 2009. A retomada da produção industrial e de investimentos em infraestrutura poderá aumentar número de novos empregos e assim reduzir pressões sociais sobre o governo em face de crescentes demissões em massa. Redução do índice de desemprego também poderá contribuir positivamente para o sucesso de políticas de estímulo ao consumo, uma das prioridades do Partido Comunista para 2009. Apesar do resultado inicial, não é seguro afirmar que as medidas adotadas garantirão que o consumo crescerá o suficiente para suavizar perdas em outros setores da economia. Ainda assim, deve ser ressaltado que novos setores como automotivo, naval, tecnologia da informação, eletrônico, energético e petroquímico receberão auxílio governamental ao longo do ano.

Enquanto números negativos são registrados na Europa e nos Estados Unidos, onde a crise se alastra rápida e perigosamente, a China observou em janeiro índices menos desanimadores, aumentando a esperança de que o país asiático possa amenizar o caos financeiro pelo qual passam diversos países. Todavia, apesar do impacto positivo, números iniciais devem ser analisados com cautela para que excesso de otimismo não seja criado, uma vez que a turbulência na economia chinesa origina-se, sobretudo, de problemas internos e, dessa forma, já era esperado que os primeiros índices do ano denunciasses início de possível recuperação. Assim, ainda é cedo para afirmar como se comportará economicamente a China em 2009, bem como se esta será capaz de manter crescimento próximo de 8% ao ano. ■

Fusões e aquisições

Proposta de expansão de participação na Rio Tinto elucida busca chinesa por ativos estratégicos

Naquele que pode vir a ser o maior investimento de empresa chinesa no exterior, Aluminium Corporation of China (Chinalco) anunciou negociação, em 12 de fevereiro de 2009, de acordo de investimento no valor de US\$ 19,5 bilhões na mineradora anglo-australiana Rio Tinto, maior produtora de alumínio e segunda maior mineradora de minério de ferro do mundo. Com o investimento, a estatal chinesa amplia participação na mineradora de 9% para cerca de 18%. O negócio ainda necessita de aprovação dos acionistas da Rio Tinto e de autoridades reguladoras nacionais, sobretudo australianas.

A Rio Tinto comprometera-se a eliminar US\$ 10 bilhões em dívidas ainda em 2009, parcela do total de US\$ 39 bilhões contraído em 2007 com a compra da canadense Alcan. Com a queda do preço internacional de *commodities* metálicas e a paralisação de mercados de crédito, a pretendida injeção de capital da estatal chinesa foi a solução para aliviar o balanço da mineradora. O investimento deverá ser realizado por meio de compra de US\$ 12,3 bilhões em ativos das divisões de alumínio, cobre e minério de ferro, na forma de “alianças estratégicas”; e da compra de US\$ 7,2 bilhões em títulos conversíveis em ações da Rio Tinto, totalizando US\$ 19,5 bilhões. Entre os ativos nos quais terá “aliança estratégica” com a Rio Tinto – participações minoritárias, de até 49,75% -, estão as minas de cobre La Granja (Peru), Kennecott (Estados Unidos) e Escondida (Chile); a mina de minério de ferro Hamersley (Austrália); e os produtores de alumínio australianos Yarwun, Boyne e Gladstone Power Station (GPS), além da mineradora de bauxita Weipa. Esses ativos são considerados estratégicos e de alto valor, permitindo assim que a Chinalco obtenha consideráveis ganhos de expertise tecnológica e gestão.

Nos últimos anos, China tem demonstrado interesse em aquisições de grandes companhias estrangeiras, a exemplos do investimento de US\$ 5,4 bilhões do Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), em 2007, no Standard Bank - maior banco africano em valor de ativos –, e do China Investment Corporation (CIC), fundo soberano chinês, na Blackstone e Morgan Stanley. No entanto, tais processos de fusões e aquisições não

Leia mais

Carta da China 10

necessariamente são recebidos sem temor por acionistas e governos. Em 2005, a tentativa da petrolífera China National Offshore Oil Corporation (CNOOC) de adquirir a norte-americana Unocal foi frustrada pela pressão do congresso norte-americano contra o negócio.

O governo australiano mostrou-se reticente quanto ao investimento chinês, informando que irá rever a lei de aquisições e investimentos estrangeiros. Apesar do receio de que o investimento seja consequência de objetivos políticos de Pequim, analistas afirmam que o movimento faz parte de estratégia de mercado da Chinalco, ainda que com forte apoio do governo chinês. Ressaltam, também, que participação minoritária da estatal chinesa em minas de minério deverá ter pouco ou nenhum impacto sobre negociações futuras de preço da matéria-prima. Segundo a consultoria Dragonomics, ainda que baixo custo de ativos relacionados à exploração de matérias-primas seja atrativo à China – como demonstram a recente oferta de US\$ 1,5 bilhão da China Minmetals pela mineradora australiana Oz Minerals e investimento de US\$ 760 milhões da Hunan Valin Iron & Steel Group na Fortescue Metals Group, em fevereiro de 2009 -, a necessidade de aquecer a economia doméstica por meio de investimentos deve tornar caso da Chinalco exceção e não regra em 2009. ■



Análise Econômica

De acordo com dados oficiais a economia chinesa cresceu 9% em 2008 – menor nível desde 2001. A taxa de crescimento anual no quarto trimestre, de 6,8%, também foi a menor em sete anos. A mudança foi fruto da combinação de dois fatores: colapso do mercado imobiliário no início de 2008, que posteriormente desencadeou severa demanda por materiais da indústria pesada, e por forte desaceleração no crescimento das exportações em função da crise financeira global.

A resposta do governo foram políticas de estímulo fiscal e à oferta de moedas, direcionada a atingir a meta de “bao ba” ou “proteger os 8 (por cento de crescimento)”. Apesar de tais medidas, a maioria dos especialistas está cética quanto à capacidade chinesa de sustentar tal nível de crescimento enquanto o resto do mundo está em severa recessão e previsões mais pessimistas sugerem que será difícil o país gerar qualquer crescimento em 2009. Há ainda idéia bastante aceita de que números oficiais de 2009 não serão confiáveis, uma vez que o governo está bastante inclinado a mostrar cenário bem mais cor-de-rosa que a realidade (como o fez durante a recessão de 1998-99, quando crescimento oficial do PIB nunca esteve abaixo de 7%, apesar de diversas evidências de que tal taxa estava próxima a 5%). Em épocas de grandes incertezas, é válido analisar e separar pontos essenciais dos casuais.

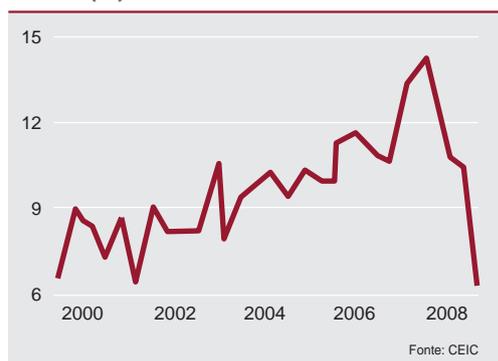
PIB chinês em 2008

Estrutura do PIB	Part. (%) no total do PIB	Cresc. (%) real
Por produção		
Agricultura	11	5,5
Indústria	49	9,3
Serviços	40	9,5
Por despesas		
Formação de capital	44	12,1
Consumo	49	8,6
Exportações líquidas	8	5,0

Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas da China

Estabelecendo prioridades - Em primeiro lugar, insistir sobre qual será a exata taxa de crescimento do PIB é extremamente infrutífero. O PIB em muitos países não passa de uma estimativa e na China, em especial, é uma estimativa bem grosseira. O ponto-chave é identificar em que marcha está o crescimento do país: lento (abaixo de 7%), rápido (7 a 10%) ou extremamente rápido (acima de 10%). Entre 2003 e 2007 a China cresceu na terceira marcha, em 2008 caiu

para segunda e desde o quarto trimestre de 2008 parecia retroceder à primeira. A principal pergunta é se o crescimento em 2009 se estabilizará na primeira marcha ou no nível mais baixo da Segunda.

Cresc. (%) real trimestral anualizado do PIB

Em segundo lugar, comparações com períodos anteriores são muito arriscadas, uma vez que as condições globais não se assemelham a nenhuma outra em qualquer momento do período de reforma econômica da China. Durante os últimos 27 anos, comércio mundial cresceu em média quase duas vezes a taxa do PIB mundial; esse ano contrairá pela primeira vez desde 1982. Desde 1978, as exportações chinesas nunca caíram; em 2009, valor total das exportações certamente reduzirá. Tal fato importa em razão da dependência chinesa do comércio nunca ter sido tão grande:

em 2008, comércio total e exportações líquidas corresponderam a 60% e 33% do PIB respectivamente, proporções duas vezes maiores do que em 1998. O superávit comercial entre 2006 e 2008 correspondeu a 7% do crescimento do PIB, maior participação na história. Acreditamos que será iniciado período de pelo menos dois ou três anos no qual o comércio mundial estará estagnado, tornando difícil crescimento das exportações chinesas.

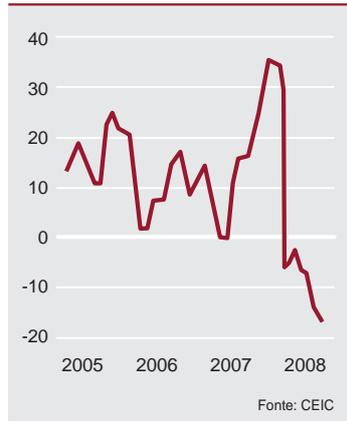
Em terceiro lugar, a situação doméstica fiscal e creditícia da China é muito mais saudável que de praticamente qualquer outra grande economia. A dívida oficial total do governo, incluindo empréstimos informais a governos locais, está provavelmente em cerca de 20% do PIB. Ao longo da última década, o governo promoveu sensata política fiscal anticíclica, expandindo déficits em 1998-2002, quando os tempos eram duros, e então passando a superávit ao fim do ciclo de *boom* entre 2003 e 2007. Portanto, há bastante espaço para expansão sustentada de déficit fiscal. Em termos de oferta monetária, bancos chineses possuem considerável habilidade para aumentar empréstimos, dado que volume de créditos irrecuperáveis reconhecido é baixo (2% dos ativos), *capital ratios* são sólidos (acima de 10% na maioria dos bancos) e taxa de depósito compulsório é alta (15%), significando que fundos substanciais podem ser liberados simplesmente reduzindo compulsórios ao patamar histórico mínimo de 6-7%. Nesse sentido, a China está em posição completamente diferente da maioria das demais grandes economias, nas quais crédito está contraindo. Tal capacidade fiscal e monetária não foi levada em consideração adequadamente em previsões ultra-pessimistas de analistas.

Tragam de volta Zhu Rongji - Em quarto lugar, estímulos fiscais e monetários são adequados para estabilizar crescimento em níveis sociais aceitáveis, mas são incapazes de manter o motor chinês em segunda marcha por mais alguns anos a não ser que sejam acompanhados de reformas estruturais para acelerar crescimento da produtividade. Durante a última expansão fiscal do fim da década de 1990 houve duas grandes reformas estruturais: privatização do mercado imobiliário, que criou setor imobiliário comercial; e redução radical de empresas estatais, que eliminou uma das partes mais ineficientes da economia e permitiu crescimento de setor privado altamente produtivo. Setor imobiliário e empresas privadas foram dois dos principais motores do crescimento no *boom* de 2003-2007. Oportunidade análoga atualmente encontra-se na liberalização do setor doméstico de serviços, que permanecem bastiões de oligopólio estatais. Infelizmente, há poucas evidências de propostas sérias neste sentido.

Existe maior esperança na outra principal oportunidade estrutural, que é incentivo ao consumo doméstico por meio de expansão agressiva do sistema de seguridade social provida pelo governo, a qual eventualmente deve encorajar as famílias a diminuírem sua taxa de poupança. Em janeiro, o governo anunciou plano de RMB 850 bilhões com duração de três anos, para criar sistema universal básico de saúde. Esse é um bom começo, no entanto precisa ser seguido por outros programas de gastos em larga escala com bem-estar social; e esses programas, em última instância, devem substituir projetos tradicionais que favoreçam construção (gerando empregos rápidos, contudo com poucos multiplicadores) como foco principal dos gastos com estímulos fiscais.

Mercado imobiliário desmorona

Espaço residencial comercializado
- Cresc. (%) anual



...construção desaba...

Cresc. (%) anualizado, 3mma



...e a indústria desacelera

Cresc (%) anual, 3mma



Em quinto lugar, a geração de empregos se tornará assunto muito sério, no entanto, a China não está perto de um *Armageddon* no desemprego. O debate recente se concentrou no resultado da pesquisa do Ministério do Trabalho e dos Recursos Humanos que estimou que 20 milhões trabalhadores migrantes (dos aproximadamente 130 milhões) perderam seus trabalhos na costa chinesa e voltaram para casa. Outra pesquisa do Ministério da Agricultura aponta para 12 milhões; não está claro se deveríamos favorecer uma ou a outra já que as técnicas de amostra de ambas as pesquisas eram provavelmente deficientes. Ainda, nenhuma das pesquisas forneceu base comparativa de anos anteriores, instigando à suposição de que o desemprego de trabalhadores migrantes evoluiu rapidamente de zero para 20 milhões. Provavelmente, isso é falso: normalmente trabalhadores migrantes deixam seus empregos antes do ano novo lunar e reingressam na força de trabalho após o feriado. O mercado de trabalho chinês é extremamente flexível e grande parte da perda de mão-de-obra pode ser suprimida por trabalhadores que aceitem salários menores. Esse ajuste levará algum tempo, contudo é provável que até o final de 2009 o próprio mercado definirá nova faixa salarial mais baixa, possibilitando taxa razoável de geração de empregos.

Alguns containers

Var. (%) mensal do comércio (anualizado)



O Partido continuará - Salários mais baixos – ou qualquer taxa de crescimento anual significativamente inferior – terá, no entanto, duas consequências turbulentas. Consumo doméstico será obviamente enfraquecido pela redução da renda e frustrará esforços para alterar centro de gravidade econômico de investimentos para consumo. Tal fato ressalta como é crucial para o governo reduzir pressão sobre a renda familiar, expandindo vigorosamente serviços sociais. Outro ponto, mais sutil, é que redução de salário e custos por unidade de trabalho ocasionará depreciação na taxa real de

câmbio da China em relação a outros países detentores de mercado de trabalho menos flexível – ou seja, todos os países. Isso significa que as exportações chinesas serão mais competitivas e o superávit comercial poderá ser mantido ou aumentar se as exportações absolutas apresentarem queda (em razão de queda ainda maior de exportações de outros países). Esse cenário é bom para a China no curto prazo, porém, qualquer aumento no superávit comercial chinês em momento de recessão global aumenta o risco de surgimento de pressões protecionistas pelo mundo.

Indicadores	2005	2006	2007	2008
Total de área agrícola (milhões de hectares)	122	122	122	n.d.
Produção de grãos (milhões de toneladas)	484	497	502	529
Produção de petróleo (milhões de toneladas)	181	184	187	189
Importação de petróleo (milhões de toneladas)	127	145	163	179
Produção de aço (milhões de toneladas)	356	425	493	498
Venda de veículos (milhões de unidades)	5,8	7,2	8,8	9,4
Venda de veículos de passeio (milhões de unidades)	2,8	3,8	4,7	5,0
Movimento em portos litorâneos (milhões de toneladas)	2.928	3.420	3.850	4.280
Produção de eletricidade (bilhões de kWh)	2.415	2.756	3.181	3.392
Capacidade elétrica (gW)	517	624	713	760
Linhas de telefone fixo (milhões)	350	367	365	341
Linhas de telefone móvel (milhões)	393	461	547	641
Teledensidade (linhas fixas e móveis para cada 100 habitantes)	57	63	69	74
Usuários de internet (milhões)	92	108	148	198

Fontes: NBS, Ministério do Comércio da China, Ministério de Comunicações da China, Ministério da Indústria de Informação da China, China Internet Network Information Center (CNNIC) e China Electricity Council

Finalmente, ninguém deve assumir que período de estresse econômico severo é séria ameaça à estabilidade governamental. O Estado possui amplos recursos e habilidade suficientemente desenvolvida para direcioná-los para áreas de maior necessidade. Apesar de problemas vigentes, em termos materiais, a maioria da população está melhor do que nunca esteve e estes ganhos quase certamente continuarão, porém, em ritmo mais lento. O grupo mais atingido, trabalhadores migrantes, também é o mais acostumado a lidar com dificuldades e novas circunstâncias. Este está mais preso a ideologias de autosuficiência e menos interessado ou incapaz de organizar-se politicamente (qualquer um com dúvidas sobre o assunto é aconselhável leitura do novo e excelente livro de Leslie Chang, que melhor descreve a vida e pensamentos dos trabalhadores migrantes chineses). Com sorte, o período de estresse econômico que se aproxima forçará reformas estruturais expressivas na China. No entanto, mudança do regime político não deverá ser uma delas. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 02.03.2009. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Comércio bilateral I

Pequim divulga lista de abatedouros de frango habilitados a exportar para China

Após missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) à China, em novembro de 2008, ter conseguido liberação da exportação de carne de frango in natura brasileiro para o país asiático, a Administração Geral de Quarentena, Supervisão e Inspeção (AQSIQ) divulgou, em 30 de janeiro de 2009, lista dos abatedouros brasileiros habilitados a exportar. A circular oficial publicada pelo governo chinês habilita vinte e duas plantas em Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Teoricamente, produtores brasileiros já podem iniciar embarques dos produtos aos compradores chineses.

Os consumidores chineses já têm acesso à carne de frango brasileira através de exportações para Hong Kong, que somam cerca de 350 mil toneladas ao ano. Estima-se que parte relevante das exportações para Hong Kong, desta forma, seja desviada para China. A fim de superar suas limitações na produção agropecuária e atender à crescente demanda do país, a previsão é de que até 2015 a China dobre valor de frango importado, tornando esta, importante oportunidade para exportadores brasileiros.

Leia mais

Carta da China 43

Siderurgia

Vale e Baosteel cancelam construção de siderúrgica no Espírito Santo

Vale e Baosteel Group Corporation, maior produtora de aço da China, anunciaram cancelamento da construção da Companhia Siderúrgica de Vitória (CSV), avaliada em US\$ 5,5 bilhões. O projeto, anunciado em 2007, previa construção de usina de placas de aço com a capacidade produtiva inicial de 5 milhões de toneladas anuais, direcionadas à exportação.

A justificativa para o fim do empreendimento foi contração da demanda internacional de aço face à crise de liquidez mundial. No entanto, acredita-se que novas restrições ambientais impostas pelo governo do Espírito Santo durante fase inicial do projeto tenha sido principal motivo. Inicialmente, a siderurgia seria construída no Maranhão, porém, por razões similares acabou sendo transferida para Anchieta, no Espírito Santo. Após 8 anos de tentativas frustradas de investir no Brasil, a Baosteel deixou o país.

Comércio bilateral II

Chinesa Dong Fang fornecerá 18 turbinas para usina hidrelétrica de Jirau

Estatais chinesas Dong Fang Electric Corporation e Dong Fang Electric Machinery fornecerão 18 turbinas do tipo bulbo para construção da Usina Hidrelétrica de Jirau, em Rondônia. A vencedora da licitação para construção do empreendimento, Energia Sustentável do Brasil (Enersus) - composta por Suez Energy, Eletrosul, CHESF e Camargo Corrêa - acordou aquisição das turbinas pelo valor de US\$ 410 milhões.

O valor oferecido pelos chineses foi de aproximadamente um terço daquele acordado entre Enersus e consórcio Alstom, Voith Siemens e Andritz, que fornecerá as 28 turbinas restantes. Esta é a primeira vez que empresa chinesa fornecerá turbinas para hidrelétrica brasileira e foi o maior contrato de exportação já realizado pela Dong Fang, cujos produtos são exportados para mais de 20 países.

Máquinas

CAMEX reduz imposto de importação sobre bens de capital

A Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) anunciou inclusão de 306 novos produtos na lista de ex-tarifários, regime que reduz temporariamente tarifas incidentes sobre bens importados não produzidos por indústria brasileira. A listagem inclui 301 bens de capital, cuja tarifa *ad valorem* média de 14% foi reduzida para 2%, e outros quatro do setor de informática, cujas taxas variavam de 11 a 16% e passaram a ser de 2%. A medida vigorará de fevereiro de 2009 até dezembro de 2010 e deverá afetar produtos cuja importação brasileira corresponde a US\$ 800 milhões. A nova tarifa incide, sobretudo, em máquinas e equipamentos utilizados na produção industrial e, dessa forma, é instrumento de estímulo ao investimento, uma vez que empresas poderão adquirir insumos à produção sem similares nacionais mais baratos.

Maquinários e insumos chineses para indústria possuem alta competitividade em razão de seus baixos preços e boa qualidade e, conseqüentemente, deverão estar entre os maiores beneficiários da medida. Dados do MDIC indicam que, em 2008, compra de bens de capital correspondeu à cerca de 35% da pauta de importação brasileira da China, somando aproximadamente US\$ 3,6 bilhões.

Comércio bilateral III

Nova redução da tarifa *antidumping* sobre glifosato chinês

Após período de ajustes, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) anunciou redução definitiva da alíquota *antidumping* que vigora sobre importações de glifosato chinês pelo Brasil. A decisão tem prazo limite de cinco anos e diminui em 0,8 pontos percentuais (p.p) a tarifa, para 2,1%. Esta é a terceira redução da tarifa *antidumping* desde sua implementação em 2003. Após reclamações por parte de agricultores brasileiros, em fevereiro de 2008, a sobretaxa caiu de 35,8% para 11,7% e em julho houve novo corte de 8,8 p.p.

Leia mais

Macro China 35

O glifosato tem impacto significativo sob preço final de produtos agrícolas brasileiros, uma vez que é matéria prima para fabricação de herbicidas fundamentais para o cultivo de algodão e feijão, bem como para produção de milho e soja. O mercado de glifosato movimentava aproximadamente R\$ 1,2 bilhão por ano no Brasil.

Comércio exterior

China apresenta recorde de importação de porcos em 2008

As importações chinesas de porcos e seus derivados bateram recorde em 2008. Somente de janeiro a outubro importações de suínos totalizaram US\$ 490 milhões, aumento de 570% em relação ao mesmo período de 2007. O recorde histórico alcançado pela China em 2008 pode ser atribuído à necessidade de atender demanda interna e estabilizar preços. A produção doméstica, afetada pela urbanização de áreas agricultáveis, pela indisponibilidade de água e escassez de milho e soja, não conseguiu atender o consumo.

Infelizmente, o Brasil não participa desse mercado em pleno crescimento em razão de sua incapacidade de negociar a abertura do mercado chinês. Estados Unidos e União Européia fornecem 88% do total importado e, em 2008, suas exportações para a China cresceram 820% e 520%, respectivamente. Dados da Federação Americana de Exportadores de Carne (USMEF, na sigla em inglês), apontam que os Estados Unidos exportaram US\$ 700 milhões de carne suína e derivados para China e Hong Kong.

O expressivo ritmo de crescimento na importação de carne suína, porém, não deverá ser mantido em 2009, uma vez que a combinação de subsídios aos criadores e aumento do lucro de tal indústria resultou em aumento do rebanho de porcos chineses.

Energia I

Intercâmbio de petróleo por empréstimos marca novo acordo energético sino-russo

China e Rússia assinaram acordo que garante fornecimento de aproximadamente 300 mil barris de petróleo diários ao mercado chinês durante vinte anos, em troca de empréstimos avaliados em US\$ 25 bilhões às estatais OAO Rosneft e OAO Transneft – maior empresa produtora de petróleo russa e controladora nacional de oleodutos, respectivamente. Com o acordo, a Rússia fornecerá cerca de 8% do total de petróleo importado pela China por ano.

Desaceleração econômica da Rússia, queda do preço do petróleo no mercado internacional, declínio da produção nacional e crise de liquidez mundial pressionaram lucros das empresas russas do setor e, dessa forma, favoreceram a China nas negociações – a Rosneft acumulou cerca de US\$ 8,5 bilhões em dívidas que vencerão em 2009 e 60% desse montante pertence a bancos estrangeiros.

O petróleo será transportado via oleoduto que unirá reservas da Sibéria à Daqing, norte da China. Tal projeto, que havia sido suspenso em razão de negociações mais atrativas para construção de trecho de distribuição para o Japão, voltou à mesa de negociações em novembro de 2008. Com o acordo, a China aumentará sua influência regional e acelerará a construção do oleoduto Sibéria-Daqing.

Leia mais

Carta da China 41

OMC

Primeiro painel iniciado por China contra Estados Unidos é aberto na OMC

A Organização Mundial do Comércio (OMC) estabeleceu, em 20 de janeiro de 2009, o primeiro painel de investigação aberto por iniciativa chinesa contra os Estados Unidos. Em setembro de 2008, a China requisitou consulta com os norte-americanos sobre aplicação de medidas *antidumping* e medidas compensatórias contra produtos chineses – tubos de aço, pneus *off-road* e bolsas de tecido laminado. Em dezembro do mesmo ano, o país asiático solicitou à OMC abertura de painel de investigação das medidas, que seriam contrárias aos compromissos assumidos pelos Estados Unidos em razão dos Acordos do GATT, de Antidumping, de Subsídios e Medidas Compensatórias e do Protocolo de Acesso da China à OMC. A China já havia levado à OMC dois outros casos contra os EUA, contudo



este foi o primeiro painel iniciado por iniciativa exclusiva do país. A decisão do painel é esperada para o final de 2009.

Também em janeiro de 2009, painel da OMC iniciado a pedido dos norte-americanos oficializou condenação de políticas chinesas de proteção à propriedade intelectual. Apesar dos Estados Unidos considerarem a decisão vitoriosa, por ter reconhecido que a Lei de Copyright e práticas alfandegárias chinesas estariam em desacordo com Acordo TRIPS, o painel rejeitou alegação de que limite mínimo estabelecido pela legislação chinesa para processar criminalmente infratores permitiria falsificação em “escala comercial”.

[Leia mais](#)

[Carta da China 42](#)

Relacionamento bilateral

China e Suíça iniciarão estudo de viabilidade de acordo de livre comércio

Em visita oficial à Suíça, o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, e sua contraparte assinaram acordo de proteção e promoção de investimento, bem como de maior cooperação energética, tecnológica e ambiental. Os dois países se comprometeram ainda em dar início a estudo de viabilidade de implementação de acordo de livre comércio no segundo semestre de 2009.

Em julho de 2007 a Suíça concedeu o status de economia de mercado à China com o objetivo de iniciar discussões para estabelecimento de acordo de livre comércio com o país asiático. Na época, Islândia e Noruega eram os únicos países da Europa a conceder tal status e Islândia já havia iniciado discussões para avaliar a possibilidade de firmar acordo de livre comércio com o país. Em 2008, a Suíça foi o 15º maior investidor da China, com US\$ 240 milhões e a corrente comercial entre os dois países atingiu US\$ 11,2 bilhões em 2008, sendo US\$ 7,3 bilhões correspondente a importações chinesas de produtos suíços.

Indústria

Frente à crise e à alta de custos produtivos, Intel leva fábrica de Xangai para o interior

Pressionada pelo aumento de custos produtivos e, sobretudo, queda de lucros em suas operações globais devido à crise econômica, a Intel anunciou, em fevereiro de 2009, realocação de linha de teste e montagem de chips de Xangai para capital da província de Sichuan, Chengdu, no interior do país. Entretanto, centro de pesquisa e desenvolvimento, bem como gerência, continuarão sediados em Xangai.

O Décimo Primeiro Plano Quinquenal (2006-2011) prevê grandes investimentos em infraestrutura nas províncias do interior da China, a fim de incentivar mudança de empresas da costa leste para o centro do país. Com a crise internacional e custos de produção crescentes, especialmente na região costeira, tendência à realocação de certos setores industriais, em especial aqueles intensivos em mão de obra, têm se acelerado.

[Leia mais](#)

[Carta da China 31](#)

Aviação

Airbus e Xian Aircraft firmam nova parceria

Airbus e a Xian Aircraft Industry Company (XAC) assinaram contrato de parceria para montagem de asas de aeronaves A320 ao início de fevereiro de 2009. A XAC ficará responsável por montar, finalizar e testar asas em planta a ser construída em Tianjin na China, próxima a já existente Linha de Montagem Final da A320 (FALC, sigla em inglês). A nova linha de montagem deve ser iniciada no final de 2009, com previsão de entrega das primeiras asas no primeiro semestre de 2010.

O acordo corresponde à quarta fase do programa de cooperação firmado pelas duas empresas em 1999, no qual a Airbus se compromete a facilitar transferência de tecnologia e *know-how* de montagem de asas do A320 para a XAC. A evolução do programa tem permitido ampliação de participação da China no mercado de aeronaves mundial. Estima-se que mais da metade da frota da Airbus possua componentes produzidos com participação chinesa.



Energia II

CNPC investe US\$ 1,76 bilhão em exploração de campo de petróleo iraniano

A China National Petroleum Corporation (CNPC) investirá US\$ 1,76 bilhão na exploração inicial do campo de North Azadegan, no Irã, com reserva estimada em 6 bilhões de barris. A fim de atender exigências da legislação iraniana, o investimento será feito em termos de buy-back e, dessa forma, a CNPC apenas desenvolverá exploração inicial, passando operação para a estatal iraniana National Iranian Oil Company (NIOC). O retorno pelo investimento será na forma de percentual sobre receitas de produção do petróleo, durante determinado período – estimado em 12 anos para primeira fase do projeto e 17 anos para segunda fase.

[Leia mais](#)[Carta da China 33](#)

Em dezembro de 2007, China e Irã realizaram parceria semelhante, com investimento de US\$ 2 bilhões da Sinopec no desenvolvimento da exploração do campo de Yadavaran. Apesar de possuir a segunda maior reserva de petróleo e gás natural do mundo, o Irã apresenta dificuldades de atrair empresas estrangeiras para explorar sua reserva de hidrocarbonetos devido a sanções impostas ao regime do presidente Ahmadinejad e a limitações como o modelo de *buy-back*.

Agricultura

Governo chinês retira controle sobre mercado de fertilizantes

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, sigla em inglês) anunciou fim do controle aos preços de fertilizantes em janeiro de 2009. A crise financeira acabou derrubando preços da matéria prima utilizada na confecção de fertilizantes, deixando o preço real de alguns produtos abaixo do estipulado pelo governo. A medida, contudo, não deverá atingir significativamente o setor, uma vez que o hidróxido de potássio, fertilizante importado em grande escala pela China, continuará sob controle do governo chinês.

O preço de fertilizantes na China não é determinado pelo mercado desde 2004, quando produtores passaram a necessitar de autorização do governo para alterar preço dos mesmos, a fim de atenuar pressão inflacionária.

Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Lara Azevedo e Thiago Scot

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design